

**INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS
PARLAMENTARES**

**DEBATE SOBRE O RELATÓRIO DE PROGRESSO DE ESCRUTÍNIO DA
ATIVIDADE DO GOVERNO**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Este debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo resulta do artigo 226.º do Regimento da Assembleia da República, e da vontade do legislador, no processo de revisão do Regimento de 2020, em tornar público o debate que ocorria na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

A mudança deste debate para o Plenário da Assembleia da República visou dar mais transparência a esse escrutínio, mas também dar-lhe mais força e importância, reforçando desta forma a fiscalização da atividade do Governo, que deve prestar contas das suas responsabilidades e deveres regimentais e constitucionais, como se deseja numa Democracia forte e saudável.

A fiscalização da atividade do Governo não é uma prática nova que tenha sido iniciada com esta revisão do Regimento e o Governo encara este debate com toda a disponibilidade e com mesma vontade de quem sempre procurou dar resposta ao Parlamento.

O Governo entende que o escrutínio da sua atividade, por parte da Assembleia da República é um pilar fundamental do sistema democrático e enquanto Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, tendo a responsabilidade pela articulação entre o Governo e a Assembleia da República, considero positiva a introdução deste momento complementar de monitorização, de forma a prestar contas às Senhoras e Senhores Deputados sobre os elementos necessários à realização do vosso trabalho.

O artigo 226.º do Regimento, que nos traz aqui, incide na apreciação de um relatório de progresso, previsto no artigo 21.º, de que constam os pontos de situação relativos (i) à aprovação e entrada em vigor das leis e da sua consequente regulamentação; (ii) à avaliação dos deveres em matéria de perguntas e requerimentos dos Deputados e (iii) à sequência política dada às resoluções da Assembleia da República que contenham recomendações dirigidas ao Governo.

Tal como consta do Regimento, este debate deveria ter ocorrido no início da sessão Legislativa, mas tendo em conta as circunstâncias extraordinárias que todos vivemos, realizamos o debate no final da sessão legislativa. Este facto permite-nos naturalmente ir além do relatório e abordar dados mais recentes, no que diz respeito às respostas do Governo.

A regulamentação das leis é uma das matérias de fiscalização deste relatório. Gostava de destacar que, das 66 leis aprovadas na primeira sessão legislativa, apenas 3% não estavam regulamentadas dentro de prazo, à data do relatório.

No que diz respeito a perguntas e requerimentos quero dar nota de algumas evoluções.

Na 1ª Sessão, foram submetidas 4.358 perguntas ao Governo, o que representa um aumento de cerca de 50% face à Sessão Legislativa anterior, e uma média de 12 perguntas submetidas por dia. Posso dar-vos apenas um exemplo: só o Ministério da Educação recebeu 1182 perguntas.

Naturalmente destaco estes números para dar nota do aumento da atividade do Parlamento e das Senhoras e Senhores Deputados, e consequente aumento da exigência na resposta do Governo.

Ao comparar o balanço provisório da atividade parlamentar, que foi elaborado em meados de julho, da 1ª Sessão desta Legislatura com a 4ª Sessão da Legislatura anterior, verificamos uma variação positiva na taxa de resposta do Governo, aumentando de 48% para 65%.

Também vemos evolução positiva do balanço provisório de julho para o relatório final de setembro desta 1ª Sessão, com a taxa de resposta a passar de 65% para 71%. Mas o nosso trabalho não terminou aí e atingimos, à data de hoje, uma taxa de resposta de 83% para a 1ª Sessão.

Também ao nível dos Requerimentos, esta evolução positiva se verificou. Com uma variação de 15% para 33% na taxa de resposta a requerimentos nos balanços provisórios de julho da 4ª Sessão da anterior Legislatura para a 1ª Sessão da atual, e posteriormente de 58% no relatório final de setembro para 75% à data de hoje.

No que ao terceiro aspeto deste relatório diz respeito, correspondente à sequência política dada às resoluções da Assembleia da República que contenham recomendações dirigidas ao Governo, é importante saber-se que das 53 Resoluções que se enquadram nesta análise, 32 tiveram alguma forma de sequência política.

Não obstante as recomendações com sequência política representarem, até ao momento, cerca de 60% do total, importa ter em conta que as Resoluções não vinculam o Governo, desde logo pela simples razão de poderem contrariar o seu próprio programa.

Por outro lado, porque se interpretássemos as Resoluções como vinculativas, poderíamos estar a transformar a Assembleia da República num órgão executivo invadindo uma competência que apenas diz respeito ao Governo.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Por último, trago a este debate a consideração da presença dos membros do Governo no Parlamento que permitem momentos relevantes de interação direta com os Deputados.

Não podemos ignorar que há perguntas que, podendo ter sido feitas por escrito, são também formuladas em audições em Comissões ou debates em sessões Plenárias e que são respondidas nesses contextos.

E apesar da evolução que possamos ter tido nas respostas por escrito aos deputados, que procurei demonstrar neste debate, é importante afirmar que a presença de membros do Governo na Assembleia da República aumenta as oportunidades para questionar e obter respostas do Governo.

Ao compararmos as presenças de membros do Governo em Comissões Parlamentares nas primeiras sessões legislativas da XIII e da XIV Legislaturas, verificamos um aumento de 50% (de 377 para 566 presenças).

E, pese embora a redução do número de sessões Plenárias decorrentes da situação pandémica, a presença de membros do Governo em sessões Plenárias também foi superior. Esta comparação ganha maior expressão quando alargada à XII Legislatura.

Este facto deve-se naturalmente a uma maior atividade e iniciativa parlamentar de uma Assembleia da República mais diversa e plural, com mais partidos representados

O Governo valoriza e está comprometido com a Assembleia da República.

Sabemos que existe sempre margem para melhorar a nossa prestação e que este debate certamente ajudará a essa análise.

Muito obrigado.

Duarte Cordeiro

28.05.2021